



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



Imigração alemã no Espírito Santo: cultura alimentar como signo identitário

Marcela Bourguignon Achiamé¹

A cultura é dinâmica. As sociedades, portanto, assim como os indivíduos não são totalmente independentes e se relacionam uns com os outros. As mudanças culturais dependem dessas relações entre as sociedades, e de que forma elas ocorrem, podendo ser pacíficas ou violentas.

A chegada dos portugueses ao Brasil, por exemplo, deu origem a uma transformação da sociedade indígena que aqui existia de forma violenta e abrupta, pois os nativos foram exterminados e aculturados. Contudo, não podemos deixar de levar em conta que os portugueses que aqui se estabeleceram, também tiveram sua cultura modificada pela incorporação de hábitos indígenas e até mesmo pela adaptação ao solo e à geografia diferenciada. Outro exemplo de violência foi o estabelecimento dos entrepostos portugueses na África. O incentivo à guerra entre as tribos fez com que os portugueses conseguissem mais escravos, uma vez que as elas brigavam entre si e seus inimigos vencidos acabavam sendo capturados e levados para regiões costeiras, entregues às mãos de traficantes africanos de escravos que os negociavam com os lusitanos. Assim, os negros vinham para o Brasil de forma violenta e trouxeram consigo sua cultura que deixaram de herança. Fruto desta mistura cultural, podemos citar a influência em vários pratos típicos da culinária

¹ Professora de Gastronomia da Universidade Vila Velha.

brasileira, como a moqueca, o feijão tropeiro, o vatapá e o uso do azeite de dendê.

Cabe registrar que a mudança pode ocorrer também pelo encontro pacífico entre as culturas, que pode ocorrer pela troca comercial ou até mesmo pela migração. Os imigrantes italianos, por exemplo, ao contrário dos negros, vieram por livre escolha, e introduziram hábitos culturais e principalmente alimentares no Brasil, por exemplo, a polenta, o consumo de tubérculos como a batata e de massas.

Para Laraia essa divisão entre contato pacífico ou violento determina a velocidade de mudança da cultura. Desta forma, a mudança na cultura indígena e negra foi rápida e traumática, devido ao grau de violência com que foram tratados pelos brancos, que por sua vez, também tiveram sua cultura modificada por este contato; entretanto, como eram os dominadores essas mudanças foram mais tênues e lentas. Já no caso da imigração italiana e alemã para o Brasil, como as colônias, principalmente no Espírito Santo, ficaram localizadas em regiões isoladas as mudanças foram mais sutis. Prova disso é que o português era língua desconhecida para muitos dos imigrantes e ficou assim até uma lei, no governo de Vargas, obrigar as escolas a ensinarem o português aos seus alunos. E ainda hoje, em Santa Maria do Jetibá, por exemplo, é possível encontrar pessoas que preservam os inúmeros dialetos falados na Europa do Oitocentos, sendo a cidade considerada bilíngue. Tanto que são requisitados intérpretes para aqueles que desconhecem o português, conforme atestado na pesquisa de campo e explorado no terceiro capítulo desta dissertação. (LARAIA,1986. p.77)

Portanto, as culturas europeias que vieram para o Brasil não se mantiveram intactas, tendo sido alteradas pelas mudanças geográficas e climáticas, dando origem a novos hábitos introduzidos ou transformados devido à necessidade de desbravar a terra ainda inóspita e habitada por botocudos; a dificuldade de produção de gêneros alimentícios próprios a Europa exigindo assim uma modificação no hábito alimentar, e até mesmo nas técnicas de produção.

A exigência de novos rearranjos das famílias e o contato com indivíduos de diferentes regiões, com diferentes histórias e inseridos diferentemente na cultura

também produziu mudanças. Como colocamos, as dificuldades vividas na Europa e os laços com a família de além-mar foram rompidos. Era o estabelecimento de um novo agrupamento familiar, que tinha início com a vinda para o Brasil.

Este novo modelo familiar possuía uma nova organização, se expressava na língua de um novo patriarca que dava origem a uma memória, a memória da vinda e do estabelecimento no Brasil, com suas peripécias, desde o embarque na Europa até a luta pela sobrevivência na terra inóspita. Tinha-se assim o início do mito de fundação dessas famílias. As que aqui chegavam eram compostas por pai, mãe e filhos. Filhos estes que cresceriam em novas terras e necessitariam de companheiros para dar continuidade ao núcleo familiar. Assim, percebe-se uma preocupação destes pais em arrumar filhos de uma mesma descendência e de uma mesma origem religiosa, chegando por vezes a “importar” indivíduos destinados a se casarem com seus familiares. Ao agir dessa forma, percebe-se uma intenção desses pais em manter certa tradição familiar. Tradição esta que veio de navio, mas que também se modificou nas novas terras.

Desse modo, percebe-se a tentativa de preservação da cultura pela manutenção de certos hábitos e práticas alimentares e sociais, uma vez que se busca reproduzir, mesmo que com ingredientes distintos, a culinária alemã. Um claro exemplo desta tentativa de preservação da identidade são os casamentos entre indivíduos de uma mesma vertente social e religiosa e a manutenção da língua alemã.

Contudo, o dinamismo e a mudança também são perceptíveis. Na tentativa de adaptação ao clima, ao solo e às novas relações, mudanças culturais e substituições são efetuadas. Ingredientes comuns à culinária alemã, como o trigo, são substituídos pelo milho, pela mandioca e por outros tubérculos. A linguiça e a salsicha em terra brasileira adquirem novos temperos e composições. As geleias e doces, como a fruta cristalizada, ganham frutas tropicais.

É preciso destacar, mais uma vez, que essas mudanças apesar de perceptíveis são lentas, devido ao isolamento destas comunidades, que tinham pouco contato com a capital Vitória. Assim, essa sociedade é pouco dinâmica e suas mudanças devem-se mais às dificuldades de adaptação na nova terra do que ao contato com outras sociedades.

A cultura como viés de identidade

Se compreendermos que a cultura inclui, como diria Geertz, “toda uma teia produzida pelas relações sociais entre os homens, a cultura é tanto compreendida em seu caráter imaterial, quanto em sua expressão material” (1989, p. 42). Desta forma, artes, música, relações cotidianas e formas de relacionamento, hábitos e prática, tudo isto abrange o campo da cultura.

Como destacado antes, os indivíduos se inserem na cultura de forma diferenciada. As questões biológicas são os principais divisores de inserção na cultura, mas fora isso, a inserção cultural nunca é total. Sempre existe um campo cultural, ou algum aspecto da cultura que é desconhecido pelos indivíduos. Mostra-se necessário para a inserção de um indivíduo em uma sociedade, o conhecimento de elementos mínimos que o permitam interagir.

Desta forma, ao desconhecer elementos mínimos de uma sociedade, como as regras sociais, os códigos morais e as normas de convivência (BASTOS, 2009) o indivíduo se vê excluído dela, gerando um sentimento de não pertença. Os indivíduos que pertencem à determinada sociedade, e assim conhecem seus códigos formais e informais (BASTOS, 2009) possuem entre si um sentimento de pertença a uma mesma sociedade, um sentimento de identidade entre eles (ELIAS, 2000).

Ver-se-á melhor a seguir como funciona a formação da identidade. Por enquanto, basta-nos compreender que a falta total de conhecimento de uma cultura gera um sentimento de aversão e uma discriminação por parte dos pertencentes à cultura, que possuem a diferenciação de partilhar algo, uma identidade, de forma a excluir dela os demais.

Assim, os colonos que se instalaram no Espírito Santo tinham uma cultura diferente da tradicional cultura capixaba oitocentista, predominante na região da capital, conforme descrevem Eller e Pinheiro

“Mesmo com um porto singelo, característico das pequenas localidades do passado, Vitória recebia do além-mar produtos vindos da Europa e África, em sua maioria. Vinhos portugueses, azeites espanhóis, especiarias africanas e até louças orientais. Essas mercadorias desembarcavam nos portos cariocas (melhor estruturados) e devido a proximidade com o Espírito Santo, chegam nesse solo. Nas lojas de secos e molhados, como eram chamadas as “vendas” da época, vendia-se cortes de chita, de cambraia, panos vindos da Holanda, tecidos de seda, linhas, agulhas, incenso, polvilho inglês, salsa parrilha, alfazemas e até caneca da Índia [...]” (ELLER; PINHEIRO, 2012, p. 5).

Os colonos europeus possuíam uma língua, uma culinária, uma tradição e uma história diferenciada. Não apresentavam nenhum laço de identidade com a cultura aqui já estabelecida e possuíam uma dificuldade de comunicação, por falarem uma língua distinta. Essas dificuldades culturais geravam um afastamento destas culturas e um isolamento dos colonos em suas comunidades.

Dentro de sua comunidade, que era formada em sua maioria (em terras capixabas) por indivíduos provenientes de uma mesma região (como os pomeranos) que falavam a mesma língua, possuíam mesmos hábitos e a mesma religião, os colonos sentiam-se pertencentes a esta cultura, e excluídos da estabelecida.

Um exemplo concreto desta relação de pertencimento e exclusão são os casamentos dentro de uma mesma colônia, e algumas vezes até mesmo entre parentes, chegando a extremos, conforme já mencionados, de importar os cônjuges da Alemanha. Dessa forma, eram mantidas a identidade, a cultura da comunidade e do grupo familiar.

As tradições alimentares, com suas devidas adaptações às terras tropicais, eram passadas para os filhos. E mesmo as técnicas de plantio, adaptadas ou não, eram passadas de geração em geração. Assim, dava-se a continuidade da cultura, e o sentimento de pertencimento a esta terra vinha justamente da

capacidade que cada indivíduo tinha de apreendê-la e da função que ele exercia na sociedade local.

Identidade: símbolos e representações do grupo

Já que estamos falando de identidade mostra-se necessário melhor conceituá-la. Kathryn Woodward (2004) no livro *Identidade e diferença* mostra que a identidade depende de algo fora dela para existir, ou seja, da diferença. “A diferença é justamente a negação da identidade, o que ela não é, mas que fornece condições para que ela exista” (WOODWARD, 2004, p. 78).

A identidade é marcada por meio de símbolos que são uma associação entre a identidade pessoal e as coisas que ela usa. Sua construção é tanto simbólica quanto material, uma vez que sua disputa tem causas e consequências materiais.

A representação, que atua simbolicamente classificando as coisas, é um processo cultural que estabelece identidades individuais e coletivas. Assim, os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se aproximar e a partir dos quais podem falar. São os sistemas simbólicos que dão sentido às divisões e às desigualdades sociais e à forma pela qual alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

A identidade é fabricada pela marcação da diferença o que ocorre tanto de forma simbólica de representação quanto por meio da exclusão social. A diferença é o que separa uma identidade de outra, estabelecendo distinções na forma de oposição (“nós” e “eles”) que constituem um sistema classificatório. A identidade e a diferença produzem categorias (ou fronteiras simbólicas) que definem as práticas culturais que são ou não aceitas, sendo os indivíduos transgressores relegados à condição de “forasteiros”. Tais sistemas classificatórios têm o objetivo de manter a ordem (HALL, 2006).

A oposição binária (nós e eles) na qual a identidade e diferença estão baseadas é marcada por uma relação de poder uma vez que recebem pesos desiguais. A

marcação da identidade (e da classificação) e o direito de legitimar as representações são do grupo de maior poder.

Tomas Tadeu da Silva (2011) corrobora o conceito de identidade mostrado por Kathryn Woodward, afirmando que a identidade e a diferença são inseparáveis, só havendo sentido a afirmação de uma identidade pela existência da diferença e vice-versa. Contudo a diferença antecede, pois ela é a origem, é o processo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas.

Deve-se ter em conta que a identidade e a diferença não são inocentes e nem inatas, elas são resultado da ação das relações de poder. A marca da presença do poder no processo de diferenciação apresenta-se de quatro formas. A primeira consiste em excluir ou incluir: quem pertence ao grupo dominante tem o poder de incluir indivíduos no grupo ou excluí-los. A segunda é a demarcação de fronteiras, ou seja, a distinção entre os indivíduos que pertencem ao grupo e os que não pertencem. A terceira se relaciona à classificação, onde se opõem os inclusos no grupo aos excluídos, dando-se maior valor aos inclusos. A última é a normalização, que consiste em eleger uma identidade determinada como a norma.

Para Tomaz Tadeu da Silva (2011, p. 32), “a identidade e a diferença estão associadas à representação pela dependência, pois é por meio delas que adquirem sentido”. A representação está vinculada a um sistema de signos, são traços visíveis, marcas externas e materiais, que dão sentido à identidade, sendo assim, quem tem o poder de representar, tem o poder de definir a identidade.

Já Norbert Elias (2000), em seu livro *Os estabelecidos e os outsiders*, nos mostra por meio de uma realidade empírica, que a identidade é estabelecida pela identificação de um grupo com normas comuns, e com uma história ou uma memória comum, gerando assim uma coesão do grupo estabelecido que define sua identidade e exclui os que não partilham dela, marginalizando-os, estigmatizando-os.

A exclusão e a estigmatização eram armas poderosas para preservar a identidade e afirmar a superioridade dos estabelecidos. Uma das formas de exclusão é o alto poder de coesão do grupo que faz com que funções de poder

elevado e destaque fossem reservadas ao grupo de estabelecidos. Já quanto à estigmatização, uma das formas é atribuir as características ruins da pior parte do grupo de outsiders a todo o grupo e, em contraste, os estabelecidos tendem a se modelar em seu setor exemplar. Outra forma de estigmatizar é a anomia, ou seja, tratar como anômalos o grupo outsiders os percebendo como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros. A impureza também é um estigma comum aos outsiders (ELIAS, 2000).

Com este estudo Elias (2000) demonstra que a relação de dominação vai além da diferença étnica e racial e decorre, na realidade, da superioridade de poder dos estabelecidos. Contudo, as relações étnicas e raciais são um tipo particular de relação de poder entre estabelecidos-outsiders, sendo as diferenças físicas uma desculpa para a exclusão, e quando estas não existem usam-se roupas e objetos para ter-se uma distinção.

As tensões e conflitos entre os dois grupos podem ser latentes ou abertos, contudo de ambas as formas ele apenas acontece, pois, há um vínculo duplo entre os grupos. Sem uma função social os outsiders são eliminados ou postos de lado. Já quando os outsiders são necessários de alguma forma aos estabelecidos o vínculo entre eles aumenta e se faz aberto. E a manutenção deste vínculo e do poder dos estabelecidos, muitas vezes, lhes conferem vantagens, sejam elas econômicas, materiais, sociais ou outras (ELIAS, 2000).

Por fim, é preciso considerar que um grupo coeso exerce sobre seus membros alto grau de controle, assim, dificulta a quebra do tabu. Isso por que, a opinião do grupo tem grande influência sobre os membros, uma vez que o desvio ou a suspeita do desvio é punido com a perda de poder e rebaixamento de status dentro do grupo, podendo levar até mesmo a exclusão. Portanto, a autoimagem ou a autoestima de um indivíduo está ligada ao que seus pares pensam dele.

Desta forma, percebemos que os autores estudados estão de acordo com o conceito de identidade, percebendo-o como uma relação entre dois grupos onde há um diferencial de poder e o grupo de maior poder passa a estabelecer os padrões, as normas e a classificar segundo estas excluindo aqueles que não as seguem. Para todos os autores, a classificação se baseia no binômio “eu/outro”

sendo o eu visto como a norma, o padrão. Contudo, o estabelecimento da identidade apenas é possível pela existência da diferença, sendo os dois conceitos interdependentes. Sendo assim, a identidade é vista como uma questão simbólica de representação. Estão certos de que estas relações não podem ser percebidas fora de seu contexto histórico e social. Assim, apesar do alto grau de isolamento, as colônias alemãs não eram totalmente isoladas e possuíam relações, principalmente de trocas comerciais com outras cidades e principalmente com a capital. Esta relação era bastante complexa. Como já colocamos, os colonos foram trazidos para o Brasil no intuito de povoar o território, e branquear a população, assim estavam em melhores condições que os negros e índios. Haviam recebido terras e até ajuda do governo para se instalar. Contudo, esta ajuda não era satisfatória, mesmo assim ainda passavam por muitas dificuldades para desbravar o território, principalmente, na relação com os índios.

É justamente nesta relação entre território inóspito, cheio de índios que a identidade do colono e do imigrante alemão se estabeleceu. Assim, o desbravador torna-se o herói, construído de uma civilização em meio à mata ainda virgem, capaz de derrotar os temidos botocudos. É a partir desta história, deste mito fundador, do binômio colono x natureza (índio) que a identidade do imigrante é construída.

Esta história comum de chegada ao Brasil e estabelecimento em terras difíceis, juntamente com o reconhecimento de uma cultura comum pelos imigrantes de uma mesma colônia tornam alto o grau de coesão deste grupo. Foi justamente esta relação que permitiu a manutenção das práticas culturais e limitou a incorporação de novas práticas.

Entretanto, apesar do alto grau de coesão destas colônias vários fatores levam à exclusão de determinados indivíduos. Um destes fatores é a continuidade da tradição de primogenitura, o que leva alguns filhos a buscar novas oportunidades na capital ou em outras cidades do estado. A perda de terras por motivos diversos como a dívida também os estimularam a deixar o campo.

A valorização destas tradições tem criado um movimento ambíguo. A valorização da tradição e da região de montanhas tem levado a um crescente aumento do número de turistas na região e da valorização imobiliária. Assim, a preservação da cultura se tornou um artigo de comércio, sendo incentivando a manutenção, mas ao mesmo tempo criando novas tradições. Um exemplo disto é a Sommerfest, uma festa para manter as tradições alemãs, mas que foi introduzida no estado apenas na década de 1980, numa tentativa de retorno às origens por parte dos descendentes e da manutenção da cultura, ao longo deste trabalho será abordado de forma mais explícita sobre este evento.

Esta valorização também tem ajudado a preservar a cultura, por meio das músicas e danças típicas dos imigrantes. Além da língua, como no caso do dialeto pomerano o qual ainda é conservado em poucos lugares, sendo o Espírito Santo um deles. Tão grande é a relevância que o dialeto pomerano falado em solo capixaba está sendo estudado por linguistas e já ganhou até dicionário, e agora está retornando às escolas da região, pois apenas os mais velhos guardavam a tradição que tinha o risco de se perder com o seu falecimento.

Na culinária, vários restaurantes na região de montanhas guardam as receitas tradicionais dos imigrantes. Em cafés e lanchonetes é possível também apreciar o café colonial, que segue toda uma tradição de preparo, que resultam nos doces, bolos e pães caseiros. Como exemplo podemos citar os restaurantes e cafés: Café com Prosa; Adega Alemã Schwambach, Café Koheler, Restaurante Caminho do Imigrante, Restaurante Grossmutter, Restaurante Opashaus, Restaurante Bier Garten, Restaurante Fritz Frida, todos localizados na cidade de Domingos Martins.

O comportamento dos indivíduos e seu pertencimento ao grupo: reconhecimento e identidade

É a partir dessa percepção da identidade como uma relação entre grupos, no qual cada um possui uma relação em comum, uma história, que lhes confere uma identidade, que podemos entender o sentimento de pertença ou não ao grupo, e conseqüentemente à determinada cultura.

Um indivíduo apenas pode pertencer a um grupo se ele se reconhecer na autoimagem deste grupo, ou seja, se preservar os mesmos hábitos, as mesmas histórias e principalmente os mesmos tabus. Um indivíduo outsider, um excluído desta sociedade não conserva estes hábitos muitas vezes porque, por não fazer parte dela, não conhece as regras culturais e os tabus, gerando assim conflitos sociais e culturais que, como resultado, o levam à exclusão do grupo.

Elias (2000) mostra, a partir de seu trabalho sociológico, que a coesão grupal por meio de uma mesma história é um agente de exclusão. Assim, os imigrantes se reconhecem na história em comum da saída de sua terra natal e vinda para um território desconhecido, muitos fugidos de péssimas condições sociais. Imigrantes italianos e alemães vindos para o Espírito Santo se reconhecem em uma história comum de saída de suas terras, contudo se diferenciam em hábitos, em cultura.

Desta forma o comportamento de um indivíduo é guiado de acordo com seu grau de inserção nesta sociedade e com a função que nela ocupa. E mais, sua inserção depende da obediência ou não ao tabu estabelecido. Nessa sociedade formada por considerável quantidade de imigrantes alemães, o sentimento de pertença estava na origem comum de seu patriarca: um imigrante alemão vindo para o Brasil em busca de melhores condições e que ao se estabelecer aqui encontrou inúmeras dificuldades. Essa tradição, esse mito fundador, essa história comum gerou nos descendentes um sentimento de pertença e uma coesão grupal. Que favoreceram a perpetuação de hábitos e costumes de origem alemã, mas que tiveram que se adaptar às novas relações.

Assim, faz parte desta construção da identidade alemã o chucrute, a cerveja, a linguiça, a salsicha, o brot, os doces e vários outros elementos “importados” da culinária alemã, mas que ganharam novos ingredientes e se adaptaram as novas condições.

A busca pelos ancestrais alemães pela história integral, pela história da saída do continente europeu é bastante recente. Como nos mostra Woortmann,

[...] para aqueles que atravessaram o Atlântico no século passado, a viagem não tinha volta; emigrar era um processo irreversível. Para seus descendentes camponeses, até hoje, ir para a Alemanha é algo fora de cogitação. Por outro lado, o conhecimento de parentesco é fundamental para a construção de estratégias matrimoniais, dado o casamento preferencial entre primos e, desse ponto de vista, os parentes da Alemanha são irrelevantes (Woortmann, 2000, p. 219).

E continua seu pensamento dizendo que:

A partir de aproximadamente 1960 começa a ser publicado localmente um grande número de opúsculos e pequenos livros relativos aos antepassados na Alemanha, à viagem e ao primeiro da família a chegar ao Rio Grande do Sul. [...] observa-se um esforço de parte dos descendentes urbanos dos imigrantes alemães no sentido de, a partir de minuciosas e trabalhosas buscas em arquivos no Brasil e na Europa, reconstruir o que foi oculto pela “amnésia” dos colonos rurais. É o esforço de historiadores, sociólogos e genealogistas que reconstróem o passado, substituindo o silêncio da tradição oral pelos dados de documentos escritos. Através de registros de bordo, relatórios de autoridades, documentos administrativos, os hoje descendentes urbanizados desses imigrantes reconstróem os laços com a Europa. (Woortmann, 2000, p. 223)

Esta nova fase de descoberta da cultura teuto-brasileira, de busca do passado adormecido, de busca dos ancestrais esquecidos na Europa, corrobora nossa pesquisa, pois mostra mais uma vez uma rearticulação dos valores culturais. Se antes o conhecimento da viagem e da chegada ao Brasil, com suas dificuldades era suficiente para a formulação de uma identidade. Agora estas famílias se veem em busca dos ancestrais, da história perdida reformulando os sentidos e rearticulando as questões que já estavam estabelecidas.

Mas uma vez temos o dinamismo social que busca preservar o que se tem, mas ao mesmo tempo as raízes mais profundas. E nessa busca as diferenças de trajetórias, de histórias e principalmente as de culturas são acentuadas. O termo cultura teuto-brasileira invoca exatamente esta diferença, que envolve os

imigrantes que vieram para o Brasil, em busca de uma vida nova, buscando fugir das dificuldades. Aqui encontraram outros desafios que os levaram à construção de uma nova identidade, uma nova cultura, que mesclava elementos trazidos da Europa com novos arranjos e incorporações.

É justamente nesta nova fase de resgate da ancestralidade, de valorização da cultura teuto-brasileira, e de busca por sua preservação que se insere este trabalho, pois ao mesmo tempo em que tenta compreender tais mudanças e valorizar a cultura destes imigrantes sabe que se insere nela.

Assim, têm-se a atual busca de reconhecimento desses imigrantes como mantenedores de uma cultura alemã que contém aspectos e elementos brasileiros. Integrantes da cultura teuto-brasileira tais cidadãos preservam uma tradição de origem alemã que foi modificada devido a fatores sociais e geográficos no Brasil. Assim, muitas vezes são percebidos como estrangeiros no Brasil, principalmente, como no caso dos pomeranos, por ainda manterem o idioma.

Referências:

BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no Município de Vitória, 1850-1872*. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: EdUnb; São Paulo: Hucitec, 1995.